

Educação, direito fundamental

Iniciou-se o ano letivo e mais uma vez o alunado da rede pública de ensino experimenta transtornos na rotina escolar diária. A falta de professores, a exemplo de anos anteriores, vem gerando ausência de aulas em várias escolas da Fundação Educacional do Distrito Federal.

O quadro defasado de professores e o aumento da demanda, a nosso juízo, não podem ser apontados como fatores determinantes do problema, porquanto mais se afiguram como gerenciamento deficitário e quiçá ausência de planejamento estratégico, na medida em que se notícia desvio de vários professores para o exercício de funções não pedagógicas, mas propiciadoras de gratificações, bem assim o encaminhamento não criterioso de professores ao denominado "processo de readaptação", resultando, desse modo, em retiradas constan-

SELMA SAUERBONN

tes dos professores das salas de aula, contribuindo para o agravamento da escassez destes profissionais no exercício de suas atividades normais.

O aumento da demanda, a nosso sentir, já era esperado, considerando as dificuldades financeiras da população, especialmente da classe média, que se encontra impossibilitada de arcar com as despesas de seus filhos junto à rede particular de ensino e de igual modo, considerando, a reconhecida elevação da qualidade do ensino público no Distrito Federal nos últimos dois anos, que tem indicado a opção de alunos na busca de melhor qualidade de professores.

Cabe acrescentar que a comunidade de pais e de alunos da rede pública tem plena consciência das irregularidades apontadas na oferta do ensino, redundando em grave violação ao direito fundamental à educação assegurado pela Constituição Federal, nos artigos 205 a 214, e reafirmado no art. 53 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), corporificando disposição idêntica da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

À guisa de garantir este direito fundamental, a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude do Distrito Federal adotou medidas judiciais e está apreciando outras de caráter emergencial que atendam aos interesses das crianças e dos adolescentes, estudantes da rede pública, tendentes a responsabilizar o Poder Público pelo oferecimento irregular do ensino.

Por fim, a educação não deve ser apenas uma prioridade discursiva e orçamentária e sim verdadeira materialização dos objetivos governamentais. Em assim acontecendo, alguns problemas técnicos e administrativos no sistema escolar, a exemplo da falta de professores, má conservação dos prédios, falta de material didático, professores desmotivados e desviados de função, excesso de controles burocráticos, certamente serão resolvidos, existindo competência e determinação na execução das políticas públicas.

■ Selma Sauerbronn é promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Distrito Federal

Mudanças garantem qualidade

Nos últimos dois anos o Governo do Distrito Federal vem realizando um grande esforço para tornar a Educação Pública do Distrito Federal um exemplo para o resto do País. Todos reconhecem na Bolsa-Escola, que beneficia atualmente 23 mil famílias e garante a presença de crianças carentes na sala de aula, um antídoto, contra a exclusão social e a evasão escolar. A construção de 560 novas salas de aula, para acabar com o "turno da fome" e atender o crescimento da matrícula, também é fato conhecido por todos.

Valorizamos os profissionais da área com aumentos significativos em 1995, sendo uma das poucas categorias a ter reajustes salariais.

No plano pedagógico, implantamos o projeto de reintegração de alunos repetentes, o programa de Sucesso Escolar e, finalmente, a Escola Candanga, que introduz os temas da contemporaneidade, substitui as séries por fases, inova com a avaliação qualitativa e aumenta a permanência da criança na escola. São mudanças importantes, que pretendem recuperar o prazer de ensinar e de aprender nas escolas.

O lado mais visível destas inovações está nos resultados do Sistema de Avaliação do Ministério da

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

Educação, realizado em 1996, e que aponta a Escola Pública do DF como a melhor do País. As notas obtidas por nossos alunos, entretanto, ainda estão longe do ideal, e por isso precisamos investir ainda mais na qualidade.

Mas, para continuar melhorando, precisamos fazer algumas mudanças estruturais no sistema educacional.

Em 1994 o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) proibiu as contratações temporárias por não terem sido feitas de forma impessoal. Já como secretário solicitei autorização, para que fossem feitas mediante seleção pública. O TCDF autorizou, porém, limitando as contratações temporárias às vagas provisórias (licenças-prêmios, maternidade, etc).

Outra distorção apontada pelo TCDF, ainda em 94, foi o grande número de professores fora de sala de aula. Isto foi constatado por essa secretaria quando se verificou que das 600 mil horas pagas, somente 340 mil eram efetivamente dadas em sala de aula.

Para a solução destes dois graves problemas estruturais é que se tomou a decisão de se fazer uma redistribuição de carga horária dos professores, que só pôde ser concretizada durante as férias, para não perturbar o andamento do ano letivo.

Para iniciar o ano letivo de 97 apenas com os contratos temporários legais, seria preciso contratar 4.320 professores concursados de 20 horas. Foi em julho de 1996 que a Secretaria de Educação deu início ao processo para aprovação pela Câmara

Legislativa dos cargos que permitiriam a realização dos concursos. Após a criação dos cargos realizamos o concurso em janeiro e a posterior contratação iniciada em fevereiro.

Já diminuimos as carências para 230 professores. Destas, grande maioria é de áreas específicas como Física, Química, Biologia e Matemática, onde a demanda é muito maior que a oferta, não só aqui mas em todo o Brasil.

A grande maioria dos alunos da rede pública está tendo aula normalmente desde o início do ano letivo. Em relação às crianças que estão sendo prejudicadas com a falta de professores, já determinamos ao Departamento de Pedagogia que faça um calendário de recuperação dos conteúdos para que não existam prejuízos pedagógicos para as mesmas.

É sempre bom lembrar que os 180 dias letivos que restam até o fim do ano é praticamente o mesmo número de dias que eram utilizados nos anos anteriores antes da Secretaria de Educação estabelecer os 202 dias letivos para 1997 e os 195 dias letivos de 1996.

Mudanças requerem coragem e responsabilidade. Mesmo reconhecendo que os transtornos não são pequenos, vale a pena nelas investir. Estamos consertando e transformando a Escola Pública do DF, como o apoio da comunidade e para o benefício de toda a sociedade.

■ Antonio Ibañez Ruiz é secretário de Educação do Distrito Federal

OLGAMIR AMÂNCIO FERREIRA DE PAIVA

Um sonho que não podemos abandonar

As escolas do Distrito Federal atravessam momentos de profundas dificuldades, quer pela falta de vagas, quer pela falta de professores, ou ainda pelo desmantelamento de vários projetos que, ao longo do tempo, foram a base de sustentação das atividades pedagógicas nas unidades de ensino. Essas dificuldades tornam-se mais acentuadas quando se tratam das escolas periféricas, consolidando dentro do sistema público "diferentes" escolas.

Neste caso, é bom ressaltar que a diferença não se dá com a finalidade de respeitar a realidade e contexto onde a escola está inserida, vem apenas efetivar as chamadas "ilhas de excelência", o que é uma contradição em se tratando de políticas gestadas por um governo democrático-popular. O caráter deste pressupõe esforços no sentido de garantir que todas as escolas públicas ofereçam um ensino de qualidade. Como não são empreendidos esses esforços, o projeto de uma educação pública de qualidade vai tornando-se a cada dia mais distante.

As políticas implementadas pelo GDF negam a afirmativa de que a educação é sua prioridade número

um. Para resgatar essa premissa é necessário compreender que o processo educacional se constrói por ações coletivas e pressupõe portanto discussão realmente democrática com todos os seus atores. Não há dicotomia entre políticas que visem garantir o acesso e permanência do aluno na escola e políticas de valorização dos profissionais de educação, ao contrário, elas se complementam.

É fundamental que se garanta também a entrada e permanência do professor nas escolas. Mas é preciso que o GDF rompa com a política de baixos salários e reajuste zero. Entre outras coisas, torna-se urgente a criação de mecanismos que incentivem a permanência do professor mesmo nas localidades mais distantes, evitando que ele torne-se um candidato em potencial ao remanejamento entre regionais. Existem escolas no Gama onde o professor tem que esperar até uma hora e meia por um ônibus, e em Planaltina há escolas rurais servidas por transporte coletivo apenas às segundas e sextas-feiras. A dificuldade de locomoção, aliada aos baixos salários e à falta de estrutura física e material dessas unidades, explica por que, na primeira oportunidade, o professor, mesmo lamentando não dar continuidade ao processo pedagógico, prefere ser removido para uma escola onde as condições de trabalho sejam mais dignas e o aluno tenha condições de desenvolver plenamente

suas capacidades.

É preciso garantir a democracia e autonomia para que, à luz de cada realidade, a comunidade escolar, por meio dos conselhos, desenvolva projetos que avalie serem importantes no processo pedagógico. O GDF deve também parar de adotar medidas paliativas, como a contratação temporária e medidas autoritárias, como a forma de aplicação da modulação docente, feita à revelia dos professores e dos conselhos escolares, a partir de critérios simplistas diante de uma realidade tão complexa. Além de comprometer projetos pedagógicos em andamento, a modulação realizada nas escolas apresentou um resultado ínfimo, basta constatar a carência de professores registrada na rede pública.

Os professores e alunos já deram sua lição: onde as condições foram oferecidas o ensino de qualidade tem se concretizado. Por isso, como dirigente sindical e mãe de aluno da escola pública, tenho a convicção de que faltam de vontade política e um mínimo de organização. Falta assumir a essência do que seja democrático e popular, para generalizar-se em todas as escolas da rede o exemplo de algumas escolas-modelo. Falta, principalmente, passar do discurso à prática.

■ Olgamir Amâncio de Paiva é professora de Matemática e diretora de formação do Sindicato dos Professores no DF